



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 18 | Nº. 34 | Jan./Jun. de 2026

Marina Sampaio Fernandes

Universidade Federal de Pernambuco / UFPE.

sampaioarina193@gmail.com

“BEXIGA TABOCA”: Memória, varíola e experiência social da doença na Paraíba (1914).

RESUMO

Este artigo aborda uma história da varíola partir da trajetória de Joaquim Pereira da Costa, como indício que permite entrever a experiência social da epidemia a partir dos conceitos de *lugar social* e *memória coletiva*. Através do relato oral e munida das práticas metodológicas da história oral, juntamente às fontes jornalísticas e oficiais foi possível compreender as experiências de adoecimento e a precariedade da assistência médica-sanitária na Paraíba em meio ao surto de varíola no ano de 1914.

Palavras-chave: História da Doença; Varíola; Paraíba; História Oral; Memória Coletiva.

ABSTRACT

This article examines the history of smallpox through the life trajectory of Joaquim Pereira da Costa, using his experience as a lens through which to explore the social dimensions of the epidemic from the perspectives of social place and collective memory. Drawing on oral testimony and the methodological approaches of oral history, together with newspaper and official sources, the study sheds light on experiences of illness and the precariousness of medical and public health assistance in Paraíba during the smallpox outbreak of 1914.

Keywords: History of the Disease; Smallpox; Paraíba; Oral History; Collective Memory.

Introdução

Este trabalho aborda a história da varíola na Paraíba a partir de um relato familiar que permeou a minha infância. Busco aqui realizar um esforço historiográfico de conectar a metodologia em História Oral, o campo da História da Doença e as possíveis relações com uma memória coletiva. O alvo é entender as relações entre história, memória, doença e sociedade, e busco operar a partir dos conceitos de *lugar social* (Certeau, 1982) e *memória coletiva* (Halbwachs, 2006).

Para tanto, é preciso delinear os primórdios dessa história. Ainda na minha infância, minha avó materna abordava a trajetória do seu avô Joaquim Pereira da Costa- também conhecido como Quinca Silvano-, um tropeiro da cidade de Alagoa Nova¹, cidade do brejo² paraibano, que havia sido acometido pela *bexiga taboca*³, em meados de 1914. Tal relato, que foi recontado inúmeras vezes em meu seio familiar, aparentava ser uma memória “restrita” à minha avó e seus descendentes. No entanto, como abordarei mais adiante, descobri que a história do meu tataravô fazia parte da memória coletiva de Alagoa Nova.

Trata-se de trazer à tona a história desse personagem – o tropeiro Joaquim Pereira da Costa – como ponto privilegiado de observação da epidemia de 1914, operando uma mudança na escala de análise para realizar o trabalho de pesquisa no nível micro-histórico, mas não para renunciar a perspectiva macro, e sim estudar os fenômenos sociais como um conjunto de inter-relacionamentos (Levi, 1992).

O ponto de partida para este trabalho foi a realização de uma entrevista temática com a minha avó, a professora já aposentada Cleonilde Costa Sampaio. Apesar de ter escutado essa história inúmeras vezes em conversas familiares, para a realização desta pesquisa, me dirigi até a residência da minha avó, em novembro de 2025, no intuito de fazer uma entrevista sobre esse relato familiar. A entrevista durou cerca de uma (01) hora, foi gravada e autorizado o seu uso pela testemunha, após a transcrição da entrevista, a “memória-testemunho” passou pelos

¹ Conforme o Censo Demográfico de 1920, a população da cidade era de aproximadamente 35.239 habitantes (Cf. BRASIL, 1920, p. 241).

² A região do brejo paraibano compreende toda a encosta oriental da Serra da Borborema, se estendendo por mais de quarenta quilômetros até o planalto da Borborema. A divisão política da região é formada pelos municípios de Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Esperança e Serraria. A superfície territorial da região é de 2.287 km². Caracterizado pelo clima ameno e dotado de fontes perenes, o brejo era conhecido como celeiro da Paraíba em gêneros de primeira necessidade (Nóbrega, 1950, p. 27)

³ *Bexiga taboca* é uma das formas populares de se nomear a varíola. Na bibliografia e nas fontes consultadas para essa pesquisa, não encontrei menções para esta nomenclatura. Ainda assim, Cleonilde Costa Sampaio (entrevistada para esse trabalho) e outras pessoas idosas da cidade de Alagoa Nova tratam a varíola pela alcunha de *bexiga taboca*, raramente se referindo a nomenclatura médica.

procedimentos da operação historiográfica, inquirido através de um olhar indiciário, enquanto vestígio histórico.

A testemunha falou livremente sobre o assunto, e após o seu relato, fiz perguntas mais diretivas para me nortear melhor quanto ao seu testemunho. Tais perguntas se voltaram para compreender, através do relato de Cleonilde, como foi a chegada de Quinca Silvano ao rancho, o seu processo de adoecimento e morte, assim como, as características e a localidade do rancho, que me fugiram à memória de criança à época, ressurgidas agora, em minhas inquirições enquanto historiadora.

No que concerne o testemunho oral, é indissociável pensarmos nele sem correlacioná-lo intrinsecamente com o papel da memória. O testemunho oral adquire a importância de auxiliar na constituição do “tecido histórico”, ele não está ali meramente para relatar, mas sim no âmbito em que a História se apropria do testemunho para tecer uma narrativa histórica e o que se constitui como memória.

Guimarães Neto (2024) nos alerta quanto aos procedimentos metodológicos para com o manejo da História Oral. É preciso não manejar prontamente a entrevista como um documento. Tendo em vista os direcionamentos da autora, é necessário tratar o testemunho oral de maneira indiciária no manejo historiográfico, percebendo-o sob a ótica de uma máquina de produção de textos, que por sua vez não recompõem uma totalidade e nem fazem um retorno completo ao passado, mas sim, possuem um potencial de criar significados ao tempo. Dessa forma, entendo que os documentos propiciam uma rede de comunicação da sociedade com o seu passado e presente, os vestígios do tempo e a sua relação com a memória.

Pelo pressuposto de tratar o relato oral de forma indiciária, entrecruzei o testemunho da minha avó com outras tipologias de fontes para que houvesse um cruzamento de dados e, por conseguinte, uma maior densidade na análise histórica. Soma-se então as fontes periódicas da época. Os jornais impressos, em particular o jornal *A União* e o jornal *O Norte*⁴, são analisados não somente como repositório de informações, mas, sobretudo, como ferramenta que produz discursos e abriga práticas destinadas a agir sobre a sociedade, sendo necessário operar sua

⁴ Tais documentações foram selecionadas de acordo com a sua disponibilidade no meio digital, sendo então localizadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no Arquivo Digital do Jornal A União.

leitura nas entrelinhas, perceber silêncios, os entreditos e interditos (Barros, 2023, p. 22-23). Além disso, também analisei o Relatório de Presidente de Estado de 1914, mobilizado como a fala oficial do governo em relação à varíola, que releva as ações e omissões estatais em relação ao combate à moléstia.

Esse texto tem como objetivo: (1) Contextualizar uma trajetória individual de acometimento pela varíola atravessada pela conjuntura da História da Varíola na Paraíba, levando em consideração as possibilidades de adoecimento e de cura; (2) Compreender como a história do meu tataravô compõe uma memória coletiva, sendo uma ponte para a compreensão histórica do período em que a varíola penetrou a vida dos habitantes de Alagoa Nova. Assim sendo, podemos nos guiar pela seguinte indagação: como a memória familiar sobre a morte de Joaquim Pereira da Costa pela *bexiga taboca* permite compreender a experiência social da varíola em Alagoa Nova e os limites da assistência sanitária na Paraíba em 1914?

Esta pesquisa se subscrive no campo temático da História da Saúde e das Doenças. As experiências de saúde e adoecimento são alvos de problematizações no campo da historiografia, revelando-se em sua dimensão social e na sua importância coletiva (Silveira; Nascimento, 2004). Está aí a grande virada quando pensamos na relevância desses estudos no campo da História, tendo em vista que a compreensão de saúde e os impactos das doenças são fatores de desorganização e reorganização da experiência social, ligando-se a processos históricos bastante amplos de resignificação sociocultural (Revel; Peter, 1988).

Para tanto, o texto inicia abordando a trajetória da varíola no Brasil e na Paraíba, buscando, na medida do possível, perceber como a história do estado caminhou lado a lado com os surtos da doença ao longo dos séculos. Sem mais delongas, pousaremos no ano de 1914, na iminência de um surto que gerava temor entre a população e alerta às autoridades públicas, ao passo que bexigas grassavam pelos quatro cantos do estado.

As bexigas grassam Brasil afora e Paraíba adentro

A varíola⁵, em sua acentuada dimensão de contágio, figurou um lugar de preocupação na história da saúde mundial em níveis epidemiológicos e social.

⁵ A varíola possui o *status* de erradicada desde os anos 1980, sendo uma doença viral, transmitida pela troca de fluídos, secreções respiratórias e objetos contaminados. O seu período de incubação varia de 10 a 12 dias, provocando sintomas como febre, dores intensas e vômito, marcadamente conhecida pelas pústulas que se formavam na pele e pela hiperpirexia. Possuía uma alta taxa de mortalidade, levando

Como afirma Toledo Júnior (2004), a doença possui uma história milenar, sendo marcadamente notificada nos registros históricos a partir da Era Cristã. A varíola não é uma doença autóctone das Américas, sendo introduzida no Brasil por intermédio da colonização europeia. Como sabido, a presença da varíola foi responsável por dizimar em grande escala os indígenas, devido a sua falta de resposta imunológica para enfrentar à doença.

Posto isso, a varíola, também conhecida pela alcunha de bexiga, é datada desde o Brasil Colônia, o certo é de que os primeiros registros da sua disseminação datam da segunda metade do século XVI. A peste das bexigas compunha o rol de doenças que assolavam a população ao redor do Brasil, sendo marcada por epidemias e surtos periódicos que acabavam por alavancar os índices de mortalidade. Por mais que a doença possuísse um alto alcance dado às inúmeras possibilidades de contágio, rompendo pústulas e fazendo padecer em febres abrasantes homens, mulheres e crianças sem distinguir suas classes sociais, não parece incorreto projetar que as pessoas pobres ficavam ainda mais à mercê dos flagelos dessa moléstia.

Poliana Rodrigues (2023), através de um levantamento de fontes primárias, mostra a presença da varíola segue por séculos a fio no Brasil, sendo o tema notadamente um tema fermentado nos oitocentos. A hipótese que a autora levanta é de que a descoberta da vacina de Jenner⁶ tenha acalorado as discussões sobre o tema. Nessa seara, as principais formas de prevenção da doença estavam nas práticas de isolamento, quarentena, variolização⁷ e, posteriormente, na vacinação. Ainda assim, a varíola foi uma preocupação e ameaça até meados do século XX.

Ao inaugurar a exposição do capítulo “Epidemias” do seu livro *Medicina na Paraíba*, o médico memorialista Oscar de Castro, afirmou que “a varíola, o cólera morbus, a gripe, as desinterias e a peste, constituíram grandes males, que de forma epidêmica, assolaram a Paraíba” (Castro, 1945, p. 266). Conforme sua narrativa, a

também os que se curavam a uma imunidade vitalícia, com a possibilidade de sequelas na visão e marcas que desfiguravam a pele.

⁶ O médico Edward Jenner observou que as mulheres que ordenhavam as vacas e por contato contraíam a versão bovina da varíola (*cowpox*), apresentavam sintomas mais leves e se tornavam imunes à varíola humana (com sintomas mais letais). Após tal constatação, Jenner passou a inocular o material extraído dos úberes das vacas em humanos, provando uma reação leve à varíola (por se contrair a versão animal) seguida da imunização. (Cf. Chalhoub, 2017, p. 120-121)

⁷ A variolização/ inoculação foi uma prática de imunização, que consistia em aplicar o pus das pústulas de uma pessoa infectada pela varíola numa pessoa saudável, provocando assim uma versão mais branda da doença e uma espécie de imunização futura. Entretanto, por sua propagação ser realizada de braço em braço, havia o risco de contaminação com outras doenças. (Cf. Chalhoub, 2017, p. 134).

varíola figurava uma das principais moléstias epidêmicas que assolavam a capitania da Paraíba no período colonial.

Concomitante ao argumento de que a varíola personificava uma antiga inimiga dentre as moléstias que vitimava a população do estado, o médico paraíbano Teixeira de Vasconcellos traçou a sua destruidora ação desde os tempos coloniais. Narrando em seu artigo “A vacina contra a varíola e seus salutareos efeitos” publicado nos anais da Semana Médica, o médico estipulou a primeira aparição da doença no estado no ano de 1597, quando as tropas de Feliciano Côelho de Carvalho viajavam até a capitania do Rio Grande do Norte. Segundo Teixeira de Vasconcellos (1927, p. 21), após esta primeira incidência de bexigas na Paraíba, “ella ficou apparecendo periodicamente, de quatro para cinco anos.”

Como exposto, a história da Paraíba caminha lado a lado com surtos das bexigas, a atemorança tomava conta da população e como afirma Mariano (2019), as pessoas corriam léguas da presença de um “bexiguento”. Gostaria de pontuar de forma mais enfática o cenário dos oitocentos, tendo em vista que há uma maior incidência de produção historiográfica sobre a varíola nesse período (Mariano, 2019; 2022; 2024; Soares Jr, 2023). Somado a essa produção na historiografia paraibana, nas documentações oficiais e nos jornais do século XIX, pode-se localizar mais expressivamente referências à varíola no estado, assim como as discussões em torno da inoculação, da vacinação e a construção do Hospital Varioloso se dão nesse período.

Os primeiros registros sobre prática da vacinação no estado da Paraíba datam do ano de 1804, proveniente de uma carta régia enviada pelo Visconde de Anadia tendo como remetente o Governador Geral da Capitania da Parahyba, Luiz da Motta Feo. O conteúdo da carta fazia jus aos decretos ultramarinos de 1802, indicando a introdução do uso da vacina contra à varíola nas capitanias. O Visconde de Anadia expõe a necessidade do cumprimento das normas por parte do governador, os benefícios da inoculação a partir de exemplo de dois casos positivos da vacinação (um em Moçambique e outro em um navio francês) e a necessidade de se instigar a população à “adoptarem o preservativo de hum dos maiores flagelos da humanidade” (Visconde de Anadia, 1804 apud Castro, 1945, p. 273).

Na resposta enviada por carta ao Visconde de Anadia, o governador Luiz da Motta Feo afirma haver pouca incidência de varíola na Paraíba, e que em decorrência dos crescentes casos no ano de 1804, havia adotado as medidas que

estavam a seu alcance. Sendo ele e seus filhos os primeiros a ser vacinados na capitania, além de que até o envio da carta se somavam aos todos vinte pessoas inoculadas, considerado pelo governador um feliz sucesso, tendo ele então “cumprido” com as ordens reais.

É preciso fazer algumas considerações quanto às palavras de Luiz da Motta Feo e o que ele considerava ser a realidade da capitania. Primeiramente, ao contrário do que afirmava ser poucos os episódios da doença, como podemos atestar através das documentações da época, a Paraíba pipocava em bexigas, figurando uma *questão social* a ser solucionada, ou ao menos minimizada. Outro ponto, é o fato de que se ele e seus filhos teriam sido os primeiros a receber a *lymph*a, surge então a hipótese de que a iniciativa serviria de exemplo, como uma espécie de propaganda para a vacinação. Por último, o Governador alegava fazer o que estava ao seu alcance para combater a moléstia, o que sabemos é que o número de pessoas vacinadas está muito aquém da população geral da capitania e dos montantes vitimados pela varíola, podendo ser considerado tudo, menos um “feliz sucesso”.

Entre as querelas ocasionadas pela varíola no século XIX, está a questão da resistência à vacinação, a “sentença” era de que os que compunham a “classe baixa da população” se recusavam a receber a *lymph*a. De acordo com o discurso médico e as autoridades públicas, “os pobres eram os responsáveis pela disseminação das doenças, tendo em vista as péssimas condições de insalubridade nas suas moradias” (Mariano, 2024, p.201). O método da vacinação era muitas vezes recebido com desconfianças, a crença é de que seriam contaminados no processo de vacinação, fazendo com que os vacinadores não fossem bem-vindos em suas residências. Mas, para além de taxá-los como ignorantes, é preciso considerar que muitas vezes a população padecia em desinformação, considerando os índices de analfabetismo e os percalços de se fazer circular os saberes médicos. Os benefícios da vacina jenneriana, colocada como a forma mais eficaz de profilaxia, acabavam gerando uma culpabilização pessoal para aqueles que contraíam a bexiga.

Não menos importante, é marcante as dificuldades de natureza prática para a vacinação em larga escala. Na documentação analisada no recorte da segunda metade do século XIX por Serioja Mariano (2024), a autora constata que apesar da importância dada aos temas de saúde pública e a vacinação contra à varíola nas

falas das autoridades, a realidade em muito divergia, sobretudo quanto às verbas e os melhoramentos destinados a esse setor. Nesse interim, também não havia médicos e vacinadores suficientes para assistir os interiores da Paraíba, soma-se o fato de que a manipulação do pus fresco, necessário para a inoculação e fabricação da vacina necessitava de delicados cuidados, fazendo com que o material se estragasse antes de servir para inocular a população.

Após esse passeio pela história da varíola na Paraíba, vimos o quanto o século XIX foi fortemente marcado pela presença da doença. Com a virada do século, o cenário não parecia em muito mudar. Entre 1913 e 1914, novos surtos epidêmicos de varíola irrompiam, a indesejável presença da *bexiga taboca* parecia se fazer sentir até o brejo paraibano, cruzando com a peça-chave, ou melhor, o personagem desta história.

O surto de varíola de 1914

Soares Júnior (2023) constrói um balanço a partir dos jornais que circulavam no início do século XX, percebendo “surtos epidêmicos de varíola nos anos de 1902, 1905, 1907, 1912, 1913, por duas vezes só na capital, 1914, 1919, 1921 e 1925” (Soares Jr, 2023, p.28). Assim sendo, ao me localizar nos textos de referência sobre a varíola na Paraíba e me debruçar nos jornais da época, pude conferir a história de Joaquim Pereira da Costa incorporada à conjuntura do surto epidêmico de varíola que se arrastou no ano de 1914.

Utilizei as edições dos jornais *A União* e *O Norte* disponíveis no meio digital referentes ao ano de 1914. A priori, observei que as notícias referentes à varíola se concentram no primeiro semestre do referido ano, se acentuando entre os meses de abril a junho. O conteúdo dessas notícias gira em torno dos casos de varíola na capital do estado⁸, aos hábitos de profilaxia por meio da vacinação, propagandas sobre os efeitos salutareos da vacina e a necessidade de um plano sistemático de vacinação e revacinação para os populares.

Em seu texto, Azemar Soares Júnior (2023) chama atenção para o que está na ordem do discurso, as discussões em torno da vacinação, a exposição de casos e a percepção de “situação controlada” expostas nos jornais nem sempre era

⁸ À época, a capital do estado era chamada de Parahyba, somente no ano de 1920 que passou a ser conhecida pela sua nomenclatura atual de João Pessoa. Portanto, quando me referir a capital do estado, usarei a grafia da época “cidade da Parahyba”.

verossímil com a realidade do estado. Como afirma o autor, em detrimento do que estava posto nas páginas da imprensa, as informações profiláticas nem sempre rompiam os muros das elites letradas, não haviam médicos suficientes, assim como faltava “um serviço de higiene capaz de orientar as pessoas aos devidos cuidados com o corpo e as formas de evitar o contágio das enfermidades, eram precárias as condições de higiene da cidade que vez por outra, padecia em chagas pustulentas” (Soares Júnior, 2023, p. 29).

Somado ao conteúdo dos jornais, é possível perceber que o enfoque para a varíola se arrefece com o passar dos meses do segundo semestre de 1914. As notícias sobre o tema se tornam cada vez mais esporádicas e se concentram no tema da vacinação, não expondo possíveis casos no interior da Paraíba. Levanto a hipótese de que o surto de varíola de 1914 se alastrou nos primeiros meses do ano, o que justificaria a proeminência de tantos relatos sobre as bexigas.

Os surtos das doenças são relatados em sua maioria na capital e nas cidades circunvizinhas. A situação do sertão, agreste ou do brejo por exemplo, raramente são citadas. Mas é possível afirmar que os casos não se detiveram apenas à capital. No entanto, a preocupação das autoridades públicas se restringia, majoritariamente, às medidas que abarcavam somente a cidade da Parahyba. No final de setembro, uma nota é publicada no jornal *O Norte* (29 set. 1914, p. 2) atestada pelo dr. Seixas Maia, médico responsável por debelar o surto da doença na capital, de que a epidemia da varíola havia cessado na cidade da Parahyba. Em contrapartida do “sucesso da capital”, as expectativas para as cidades do interior ou a exposição do quantitativo desses casos não chegavam aos veículos de informação da época.

Quanto às providencias de conter a varíola nos primeiros anos do século XX, está a construção do Instituto Vacinogênico em 1913. Seguindo as recomendações de Flávio Maroja, o Instituto foi montado no governo do presidente de estado à época, o Sr. João Castro Pinto. O processo para a construção desse órgão tem por motivação os surtos de varíola dos anos anteriores e a mortandade deixada pelos rastros das bexigas.

O médico Octávio Soares assumiu a diretoria do referido instituto e pouco tempo depois da inauguração, viajou até o Rio de Janeiro com a missão de observar o Instituto Vaccinico Municipal do Rio de Janeiro, considerado estabelecimento modelo. O objetivo da viagem era trazer inovações para o pequenino Instituto

Vacinogênico da Paraíba que almejava alcançar a profilaxia da varíola através da vacinação sistemática (Vasconcellos, 1927, p. 22)

Entre os dias 14 e 15 de abril foram publicados no jornal *A União* partes do relatório de Octávio Soares endereçado ao Sr. Castro Pinto. No documento, o diretor do Instituto narrava os frutos dessa viagem, discorrendo acerca dos processos para a produção da *lymph*a e a estrutura do estabelecimento modelo. O dr. Octávio Soares terminou o relatório acreditando que ao estar “convicto de ser de utilissima necessidade, reconheço que é de maxima urgencia a remessa de certos aparelhos para o nosso Instituto Vaccinico Estadual” (*A União*, 15 abr. 1914, p.1).

O Instituto Vaccinogênico fechou as portas em dezembro de 1916 sob a alegação de que a varíola havia sido erradicada na capital e suas proximidades. O que seria uma inverdade, visto que ainda apareceriam casos de varíola pelo estado e os surtos epidêmicos que irromperam nos últimos anos da década de 1910, mostrariam que a doença não estava tão controlada como as autoridades pensavam. Segundo Vasconcellos (1927, p.23), enquanto esteve ativo, o Instituto havia fabricado “vacina de óptima qualidade, como provam os attestados recebidos de pessoas de fé, o exame bacteriológico, realizado pelo dr. Octávio de Freitas, distinto bacteriologista da vizinha capital do sul [Recife] e o número elevado de pessôas vaccinadas sem o menor accidente”.

No relatório de presidente de estado do ano de 1914, algumas considerações sobre a varíola são tecidas no tópico *Hygiene*, dentre elas, destaca-se nas palavras do dr. Castro Pinto a “incúria inegualavel” da gente paraibana. Em meio a fatalidade de uma terra onde a varíola grassava aos montes, mais uma vez era evocada o discurso da culpabilização pessoal, segundo o presidente de Estado, a situação se agravava pelo desleixo da população em não se salvaguardar pela profilaxia mais eficaz de combate ao mal da varíola: as vacinas.

Em junho desse mesmo ano foi organizada uma “grande reunião médica”, se fazendo presente o presidente de Estado, os médicos e homens da imprensa. O objetivo era tratar os problemas sanitários ocasionados pela varíola e, sobretudo, elaborar um plano seguro de vacinação e revacinação aparece como uma demanda a ser resolvida. Ficou, então, decidido articular um projeto em duas fases: “prophylaxia da variola, isto é, a vacinação systematica, alliada á rigorosa

inspecções domiciliar por parte da Hygiene, e a propaganda esclarecida, tenaz e multipla da vacina no seio de todas as clases” (*A União*, 4 jun. 1914, p. 1).

Para tanto, o governo do estado adotaria uma série de normas que condicionaria a vida da população à condição de apresentar-se vacinado, sendo então requisito para a contratação de empregos na esfera pública e no ramo industrial e para a matrícula de crianças nas escolas. Diria que tais regras, quando cumpridas, ficavam circunscritas à capital, nas cidades interioranas a história era outra, tendo em vista as parcas assistências sanitárias e a falta de tais fiscalizações.

No conteúdo dos jornais, essa responsabilização é igualmente colocada nas mãos dos populares, taxados pelo discurso médico como ignorantes e propagadores da doença. Como exemplo disso, é possível localizar um surto de bexigas na cidade Santa Rita no mês de maio. Semanas depois uma matéria é publicada no *O Norte*, cuja iminência do surto é justificada como consequência da recusa de vacinas pela população: “bem recentemente ainda, foi cruelmente devastada por uma terrível epidemia de varíola, que somente encontrava justificativa na falta absoluta de vacinação dos seus habitantes” (*O Norte*, 4 jun. 1914, p. 2). É preciso lembrar que o discurso médico se utilizava da retórica adotada por Oswaldo Cruz de que “só tem varíola quem quer”, uma vez que existia um mecanismo de imunização e erradicação por meio da vacina. No entanto, quando observada em detalhe, a realidade era outra, muito mais profunda.

Na entrevista com Cleonilde Sampaio, ela informou que seu avô Joaquim Pereira da Costa nunca chegou a tomar a vacina que, segundo ela, não era algo de fácil acesso na cidade, quiçá na zona rural. Somente após a morte de Quinca Silvano, os seus familiares foram informados da necessidade da vacina. A senhora Cleonilde narra que homens – suponho que fossem os vacinadores – chegaram até a propriedade do avô no intuito de vaciná-los. Este foi o primeiro contato de Mumui com a vacina, e seus filhos, ainda pequenos, assistiram àquela experiência um tanto assustados, receosos com a abordagem de algo nunca visto.

Portanto, o exemplo dessa vivência mostra que o discurso “só tem varíola quem quer” é bastante relativo. Se a vacinação era o método de profilaxia da varíola mais eficaz, e por sua vez, Quinca Silvano, Mumui e filhos nunca haviam sequer tido contato com a vacina, como poderiam ter culpa pela contaminação da *bexiga taboca* e com o mal que se abateu na família?

Na passagem do século XIX para o século XX, ainda que existisse o Serviço de Higiene Pública do Estado e aflorasse os debates acerca da salubridade e do higienismo, a atuação médica e a expansão desses serviços de assistência possuíam problemas de natureza prática:

A precariedade, portanto, marcava a atuação desses primeiros médicos públicos na Paraíba. O atendimento à população era bastante limitado. Faltavam recursos materiais indispensáveis ao trabalho médico. A demanda da sociedade paraibana era muito superior às possibilidades de prestação de serviços deste profissional (Santos, 2015, p.55).

Nesse sentido, a falta de assistência médica adequada e disponível nos lugares mais distantes da capital faziam com que a população procurasse outras formas de cuidado. Assim, curandeiros, benzedadeiras, parteiras, farmacêuticos, sangradores se tornavam ponte de tratamento para essas pessoas em tempos de enfermidades, somado às práticas de cura tradicionais, também a providência divina era requisitada como ponte para minimizar os sofrimentos, postura adotada em cenários de epidemias (Melo, 2019; Mariano, 2022). Essas práticas eram comuns nos interiores do estado, sobretudo, entre a maior parte da população pobre, a procura por esses profissionais práticos “perdurou ao longo de toda a primeira metade do vigésimo século, apesar da institucionalização da profissão médica ocorrida nesse mesmo período” (Melo, 2019, p.44).

Tanto é que, em meio aos surtos de bexiga, os populares recorriam a formas improvisadas de isolamento, como é o caso dos ranchos. As estruturas desses ranchos eram pensadas para os lugares afastados, evitando a circulação de pessoas, muitas vezes eram erguidos “às pressas, construídos de madeiras e folhas de naiá” (Castro, 1945, p. 353). Também podiam se instalar em casas abandonadas, como é o caso do rancho do Mombuca, lugar onde Joaquim Pereira padeceu consumido em febre e com o corpo polvilhado de bexigas. Nessa proposta de isolar os “rancheados”, a fim de evitar se fazer novos contágios, o rancho do Mombuca, apesar de se localizar próximo ao São Tomé, era muito distante da cidade de Alagoa Nova. Isso sugere que o lugar foi estrategicamente escolhido, devendo evitar o máximo a circulação proveniente da cidade. Na inexistência de hospitais, como o caso do Hospital de Varioloso da capital, os ranchos eram as saídas para separar os doentes e frear a contaminação nos interiores paraibanos.

Na falta de médicos e profissionais formais, pessoas que haviam escapado da varíola e adquirido a imunidade se prestavam à posição de “tratadores”. Os cuidados aos bexiguentos nesses ranchos se valiam da medicina natural e dos saberes tradicionais, como é o caso das palhas de bananeiras que se utilizavam nos doentes. Aqui a narrativa do médico Oscar de Castro se cruza com o depoimento da senhora Cleonilde. Para ela, ficou marcado em sua memória, ouvir sua avó contar das febres que acometiam Quinca Silvano, que de tão altas, as palhas de bananeira que envolviam o seu corpo pustulento acabavam por se esfarelar. Nas palavras do médico, os doentes se viam “envolvidos em folhas de bananeira, queimados em febre e carentes de rudimentar conforto médico e de cuidados higiênicos” (Castro, 1945, p.354).

Um lugar social: histórias familiares atravessadas pela *bexiga taboca*

Antes de me aprofundar no processo de adoecimento de Joaquim Pereira da Costa em razão da varíola, considero necessário ponderar sobre o *lugar social*, conceito desenvolvido pelo historiador francês Michel de Certeau.

Para Michel de Certeau (1982), a História deve ser encarada como uma operação, *uma prática*. De acordo com o autor, a operação historiográfica consiste na combinação harmoniosa de três práticas: um lugar social, procedimentos de leitura/análise e o processo de uma escrita. Assim, toda “pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias [...] está enraizada de uma particularidade (Certeau, 1982, p.65). Nesse sentido, a prática de um lugar social em nossas pesquisas historiográficas marca a importância de trazer conosco a produção e o reconhecimento do *nosso* lugar no *métier*.

Esse recurso ofertado por Certeau de praticar o nosso olhar quanto ao mundo permite com que, por sua vez e em grande medida, possamos nos mover nele e de encontro a ele a partir de determinações próprias. Desse modo, entendo há muito de nós historiadores/as em nossas pesquisas, uma vez que as nossas experiências pregressas também se encontram no nosso lugar social ao fazer História. Esse lugar social, no entanto, é muitas vezes escondido. E cabe ao historiador(a) fazer falar as coisas mudas, dar voz aos não-ditos. Para Certeau (1982), munidos das práticas da operação historiográfica, possuímos a função de atribuir sentido a determinados acontecimentos, dos quais analisados fora de seu

contexto talvez não sejam dotados de significações. Está aí a necessidade de fazer deslocamentos, de elaborar novas pertinências.

Na construção do meu texto historiográfico, escolho, partindo de um lugar social, fazer emergir uma trajetória individual que se insere no contexto da história da varíola na Paraíba. Que significados outros poderíamos extrair da história de Quinca Silvano se deslocada da conjuntura macro? Talvez essa história nos escapasse e este personagem recaísse ao esquecimento na historiografia.

Essa história ressurgiu para mim a partir do meu *lugar social*. Enquanto estudante de graduação do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) participei do grupo de estudos “História das Ciências e dos Saberes Médicos”, vinculado ao CNPq, e integrei uma pesquisa PIVIC relacionada à História da Saúde e das Doenças. E agora, já na posição de mestranda na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tais experiências me munem com um outro olhar para problematizar e historicizar essa memória familiar.

Desde muito pequena, minha avó Cleonilde me contava a história do seu avô paterno. Essa memória atravessou gerações da nossa família, uma vez que ela – tão nova quanto eu era na época em que soube dessa história pela primeira vez –, num movimento similar escutava sua avó paterna Francisca, afetosamente chamada de Mumui, contar a história de seu marido Quinca Silvano e tantas outras memórias familiares. Na primeira década do século passado, Joaquim Pereira da Costa, também conhecido como Quinca Silvano ou Padrinho Joaquim, desempenhava o ofício de tropeiro. Ele era um comerciante de café da cidade de Alagoa Nova, mais especificamente da zona rural do São Tomé.

Pouco conheço além de um rosto imaginado, quando penso neste homem que compõe a minha árvore genealógica. Me veem à mente imagens atribuídas a Joaquim Pereira da Costa por minha avó, que também as imagina a partir das recordações de Mumui. Ademais, Cleonilde tampouco o conheceu, tendo em vista que seu pai tinha apenas quatro anos quando Quinca Silvano faleceu. Tal história é revisitada há 80 anos por Cleonilde, hoje tendo 89 anos, enquanto imagens forjadas por nossas imaginações que retêm o essencial da existência daquele homem: ter sido tragicamente acometido pela *bexiga taboca* que atravessou seu destino, alterando sua vida e a trajetória da sua família.

Por desempenhar o ofício de tropeiro, Joaquim Pereira da Costa atravessava toda a Paraíba levando consigo grandes comboios de animais que o

ajudavam a carregar as sacas de café. Numa das suas viagens, no ano de 1914, enquanto retornava à sua casa, um dos cavalos se desviou da rota e aproximou-se de um local que servia de rancho para bexiguentos. Nesse tempo, atemorizava a Paraíba um surto de *bexiga taboca*.

“Corra! Aqui é um rancho de bexiguentos!”. O cavalo, então, adentrou as imediações de uma casa abandonada, e ao aproximar-se do animal perdido, Quinca Silvano escutou os gritos com os dizeres que anunciam esse parágrafo. Deparou-se com homens invadidos por pústulas e de outros homens que aparentavam ser os seus cuidadores. Estava diante de um rancho de bexiguentos. Ele não conhecia a finalidade daquela propriedade e logo se afastou com receio de contaminar-se. Ao chegar em casa, contou o ocorrido para sua esposa Mumui, e poucos dias depois já sentia os primeiros sintomas da doença, com fortes dores de cabeça e febre. Assim, deixou a minha tataravó e seus filhos para se refugiar e aguardar a morte no mesmo rancho em que, muito provavelmente, fora contaminado. Nove dias depois, Joaquim Pereira da Costa faleceu no rancho do Sítio Mombuca, com o corpo coberto pelas marcas da varíola aos 33 anos.

A lúgubre permanência do meu tataravô no rancho do Mombuca foi mantida através de doações de Mumui e parentes. Os “tratadores”, nome dos homens que já haviam se curado da bexiga e cuidavam dos que padeciam no rancho, aceitavam remediar e minimizar o sofrimento dos bexiguentos em troca de bonificações.

Possibilidades de uma memória coletiva

Nós nunca lembramos sozinhos. Maurice Halbwachs inaugura o conceito da memória partindo do social, produzindo, então, uma ruptura epistemológica ao dizer que a memória vai para além do individual. A ideia é de que as memórias individuais não são exclusivamente nossas, por sua vez, se sustentam no coletivo, assim como, uma vez apartadas da sociedade, elas deixariam de existir:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (Halbwachs, 2006, p. 29).

Nesse sentido, é necessária uma comunidade afetiva para que a nossa memória e o que desejamos lembrar se intercambie com as memórias dos outros. É, então, inserida num núcleo de afinidades e pontos de contato, que as nossas lembranças podem ser reconstruídas e ressignificadas.

Por muito tempo acreditei que a história de Joaquim Pereira da Costa era uma memória do meu núcleo familiar, daquelas lembranças que se sustentam pelas afinidades do sangue, passadas de geração em geração em rodas de conversas das quais falamos de pessoas cujos rostos jamais conheceremos. No entanto, certo dia, assisti a um vídeo intitulado “Bixiga”, produzido por alagoa-novenses em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O conteúdo do curta-metragem narrava a história de um tropeiro acometido pela varíola no início do século XX, trazendo-o como retrato de uma experiência micro-histórica em tempos epidêmicos. O cenário do vídeo é ambientado no campo, tendo uma lápide ao fundo. O mais curioso é que ao assistir o vídeo pela primeira vez percebi que a persona trazida em seu enredo era justamente o meu tataravô, e que reforçava a história que tantas vezes ouvi por meio da minha avó.

Figura 01: Lápide de Joaquim Pereira da Costa no cemitério de bexiguentos- São Tomé, Alagoa Nova- PB



Fonte: CRIATIVO PRODUTORA DIGITAL. Bixiga. YouTube, 04 mar. 2019.
1 vídeo (3min.23seg.).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TkpEwlsEgNU> .
Acesso em 08/12/2025.

Somente após assistir o curta, soube da existência do cemitério de bexiguentos que foi construído no surto de varíola que acometeu Alagoa Nova no ano de 1914. A lápide que aparece no vídeo é a de Quinca Silvano. A senhora Cleonilde relata que o cemitério foi construído no São Tomé para que os familiares pudessem visitar seus entes queridos vitimados pela bexiga. Por sinal, a lápide não mais existe, foi demolida no ano de 2021 no processo de pavimentação asfáltica

que liga o distrito do São Tomé. Entre os caminhos do asfalto e da modernidade, o cemitério de bexiguentos foi apagado pelo betume, nos fazendo refletir sobre as formas de apagamento da memória local.

Na tênue linha do lembrar e do esquecer, a história de Joaquim Pereira da Costa corresponde a um imaginário social de uma região, restrito não somente ao meu núcleo familiar. Sua figura logrou tornar-se um signo do surto da varíola e que, hodiernamente, através da oralidade se mantém no meio social, sugere formas de interação social. A memória coletiva estabelecida por meio desta história se alimenta e se ressignifica na medida que é evocada por um determinado grupo social (cidadãos alagoa-novenses), articulando lugares de memória que compõem a história local: o processo de adoecimento de Quinca Silvano representa uma ponte para a compreensão histórica do período em que a *bexiga taboca* penetrou a vida dos habitantes do município de Alagoa Nova durante a epidemia de varíola na Paraíba, em 1914.

Considerações finais

Há várias formas de contar a história da varíola na Paraíba, até mesmo partindo de uma trajetória individual e familiar – sob as práticas do lugar social. Ao longo do texto, busquei entender a história de Quinca Silvano inserida numa conjuntura: o surto de varíola do ano de 1914. Assim como, a história desse tropeiro nos auxilia a estabelecer algumas compreensões históricas: as possibilidades do adoecer no início do século XX; os limites de uma cobertura de assistência pública para além da ordem dos papéis (leia-se, o que estava posto nos jornais e documentos oficiais); os limites de cobertura de saúde nos interiores do estado; as formas populares/tradicionais de remediar os estragos das bexigas. A experiência social da doença, nesse caso da varíola, no interior paraibano não pode ser compreendida apenas pelos documentos oficiais ou pelos jornais da capital, a memória oral e os vestígios locais revelam práticas, sofrimentos e formas de organização social invisibilizadas pelas fontes estatais.

No plano do individual, é possível ver na prática aquilo que Anny Jackeline Silveira e Dilene Raimundo (2004) falam sobre as doenças configurarem pontes para a desorganização social: o atravessamento da varíola na vida de Joaquim Pereira da Costa provocou um desmantelamento no seu seio familiar, seguidas

pela experiência do trauma e das implicações financeiras, ao deixar uma esposa grávida e quatro filhos desamparados na estrutura de uma sociedade patriarcal.

O curta-metragem “Bixiga” pode ser percebido como um vestígio de memória coletiva, o testemunho da professora Cleonilde foi manejado como um indício histórico que ao ser entrecruzado com outras fontes documentais, foi constatado que o adoecimento do meu tataravô esteve inserido num surto de bexiga no ano de 1914, permeando então através de um olhar entre as escalas micro e macro-histórica.

Não menos importante, entendo que o que aconteceu com Joaquim Pereira da Costa é mais do que uma história individual/familiar, diz respeito a um imaginário social local. Existindo no esforço de um processo coletivo do fazer *lembrar*, sob um movimento de reconhecimento e ressignificação, o tempo em que a *bexiga taboca* grassava por Alagoa Nova.

Referências

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023.

CASTRO, Oscar de Oliveira. **Medicina na Paraíba: flagrantes da sua evolução**. João Pessoa: A União, 1945.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. **In: A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.56-108.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, testemunhos e história oral. **In: História oral, tempo presente e narrativas de trabalhadoras e trabalhadores [recurso eletrônico]: diálogos intermitentes**. Recife: Ed. UFPE, 2024. (Ars Histórica), p.98-128.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LÉVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 133-162.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. Em favor da higiene pública, da polícia sanitária e do bem geral: as medidas de combate a varíola no século XIX. **In: Anais do 30 Simpósio Nacional de História da ANPUH**, Recife, v. 30, 2019.

_____. Conselhos do Curandeiro Prático - Para o Bem da Humanidade: a varíola na Província da Parahyba nas Décadas de 1870-1890. **In:** BATISTA, Ricardo dos Santos; SOARES JR, Azemar dos Santos. (Orgs). **História, Saúde e Doença no Nordeste do Brasil**. 1. ed. – Natal: EDUFRN, 2022, p.173-194.

_____. Os surtos epidêmicos da bexiga vão grassando e a população vai sofrendo: a varíola na Parahyba oitocentista. **In:** SÁ, Ariane N. de Menezes; BURITY, Luiz Mário Dantas; MARIANO, Nayana R. C. (Orgs.) **Sociedade e Cultura no nordeste oitocentista: Trajetória de pesquisa III**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2024, p.199-220.

MELO, Rosana do N. Gomes. **A LYMFOTERAPIA OU A CURA PELO CUSPE: os saberes “médicos” produzidos pelo curandeiro/farmacêutico José Fábio Lyra na Paraíba (1904-1945)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2019.

NÓBREGA, Humberto. **O meio e o homem da Paraíba**. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1950.

REVEL, Jacques. PETER, Jean-Pierre. “O corpo: o homem doente e sua história”. **In:** LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. (Dir.). **História: Novos Objetos**. 3 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

RODRIGUES, Poliana Orosa. Epidemias de varíola na América Portuguesa: uma análise dos registros históricos. **Em Tempo de Histórias**, Brasília-DF, n. 42, 2023, p.145-168.

SILVEIRA, Anny Jackeline T.; NASCIMENTO, Dilene R. do. A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças. **In:** NASCIMENTO, Dilene R. do; CARVALHO, Diana M. de. **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 13-29

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. A varíola no Brasil do século XIX. **In:** PIMENTEL, S. F.; NASCIMENTO, D. R.; MACIEL, E. L. N. **Uma história brasileira das doenças: volume 4**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 51-68.

_____. “Molestia terrível, de mortalidade elevada, que deforma o indivíduo”: o morbus infeccioso da varíola. **História Revista**, Goiânia, v. 28, n. 1, p. 26–47, jan./abr. 2023, p. 26-46.

SANTOS, Leonardo Querino B. F. dos. **Entre a ciência e a saúde pública: a construção do médico paraibano como reformador social (1911-1929)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2015.

TOLEDO JÚNIOR, Antônio Carlos de Castro. História da varíola. **Revista Médica de Minas Gerais**, Minas Gerais, v.151, fevereiro de 2004, p.58-65.

VASCONCELLOS, J. Teixeira de. A vacina contra a varíola e seus salutareos efeitos. In: **SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DA PARAHYBA (SMCPB)**. Semana Médica. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1927, p.13-26

Fontes

Entrevista com Cleonilde Costa Sampaio (professora aposentada) realizada pela historiadora M. S. F. Alagoa Nova/PB, em novembro de 2025 (aproximadamente 1 hora).

A UNIÃO, Parahyba do Norte, ano XXII, n.12, 16 jan. 1914.

A UNIÃO, Parahyba do Norte, ano XXII, n. 82, 14 abr. 1914.

A UNIÃO, Parahyba do Norte, ano XXII, n.83, 15 abr. 1914.

A UNIÃO, Parahyba do Norte, ano XXII, n.122, 4 jun. 1914.

A UNIÃO, Parahyba do Norte, ano XXII, n.123, 5 jun. 1914.

O NORTE. Parahyba do Norte, ano VII, n.1716, 9 mai. 1914.

O NORTE, Parahyba do Norte, ano VII, n.1728, 26 mai.1914.

O NORTE. Parahyba do Norte, ano VII, n. 1725, 21 mai. 1914.

O NORTE, Parahyba do Norte, ano VII, n. 1736, 4 jun. 1914.

O NORTE. Parahyba do Norte, ano VII, n. 1829, 29 set. 1914.

PINTO, João Pereira de Castro. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado da Parahyba*. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1914.

Marina Sampaio Fernandes

Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Licenciada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Integra o grupo de estudos “História das Ciências e dos Saberes Médicos”. Se interessa pelas áreas de História da Saúde e das Doenças, História Social da Saúde e Brasil Republicano, atuando principalmente nos seguintes temas: história da saúde e dos saberes médicos, educação sanitária e Fundação Rockefeller.
